

ACES Trás-os-Montes - Alto Tâmega e Barroso

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS

2019

INTRODUÇÃO

As Recomendações do Conselho de Prevenção e Corrupção (CPC) n.ºs. 1/2009, de 1 de julho, n.º 1/2010, de 7 de abril e a Recomendação de 1 de julho de 2015 incidem sobre a necessidade de os dirigentes máximos de entidades gestoras de dinheiro, valores e património públicos adotarem e divulgarem Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), os quais devem identificar de forma exaustiva os riscos de gestão, incluindo os de corrupção, bem como as medidas preventivas a adotar.

Atendendo ao supracitado e em concordância com PPRCIC da ARSN, I.P. foi elaborado PPRCIC do Agrupamento de Centros de Saúde de Trás-os-Montes – Alto Tâmega e Barroso.

Os PPRCIC são instrumentos de gestão dinâmicos, pelo que devem ser acompanhados na sua execução, elaborando-se, pelo menos anualmente, um relatório de execução e refletindo-se sobre a necessidade da sua atualização.

Assim, o presente Relatório de Execução do PPRCIC tem como objetivo apresentar a fase de implementação das medidas preventivas tomadas sobre os riscos identificados, tendo em conta a recolha de informações sobre as diversas áreas do ACES Alto Tâmega e Barroso.

As medidas preventivas foram definidas em três níveis de implementação:

- “Implementada” – significa que o procedimento foi executado;
- “Em fase de implementação” – significa que o procedimento foi executado apenas parcialmente ou não terá sido aplicado na totalidade dos casos;
- “Não implementada” – significa que o procedimento não foi executado.

A metodologia aplicada para elaboração deste relatório foi baseada no preenchimento complementar das tabelas propostas no PPRCIC para 2019 na parte IV, com os níveis atrás referidos e onde se considera: **NECESSIDADE ATUALIZAÇÃO/FASE EM QUE SE ENCONTRA.**

PARTE IV - ESTRATÉGIAS DE AFERIÇÃO DA EFETIVIDADE, UTILIDADE, EFICÁCIA E EVENTUAL CORREÇÃO DAS MEDIDAS PROPOSTAS

PARTE II IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS						PARTE III MEDIDAS PREVENTIVAS DOS RISCOS	PARTE IV NECESSIDADE ATUALIZAÇÃO/ FASE EM QUE SE ENCONTRA
ACES	Unidade Orgânica/ Funcional/ Apoio	Área/Serviço	Risco	Grau de Probabilidade de Ocorrência	Escala de Risco	Medidas Preventivas	
ACES Trás-os-Montes - Alto Tâmega e Barroso	Diretor Executivo	Gestão das atividades, recursos humanos, financeiros e equipamentos do ACES.	Permeabilidade à influência do público interno e externo	<i>Baixa</i>	<i>Moderada</i>	Auscultação aos órgãos consultivos. Justificação das decisões, baseadas nos pareceres emitidos pelo CCS, Coordenadores das UF, UAG e Direção de Enfermagem. Submissão a despacho superior hierárquico.	Implementada
			Favoritismo por determinado grupo profissional.	<i>Baixa</i>	<i>Baixa</i>		Implementada
			Deficiente controlo interno nas diversas áreas da UAG e de referenciais que permitam as auditorias.	<i>Moderada</i>	<i>Moderada</i>		Em fase de implementação
	Conselho Executivo	Aprovar/ Elaborar/ Planos, Relatórios, Regulamentos e Assegurar Articulação do ACES com os municípios da sua área geográfica	Permeabilidade à Influência política.	<i>Baixa</i>	<i>Moderada</i>	Justificação das decisões, baseadas nos pareceres emitidos pelo CCS, Coordenadores das UF, UAG e Direção de Enfermagem. Publicitação das atas das reuniões a todas as Unidades e Serviços. Auditorias	Implementada
			Existência de conflitos de interesses que ponham em causa a transparência dos procedimentos.	<i>Baixa</i>	<i>Moderada</i>		Não implementada
	Conselho Clínico e da Saúde	Governação Clínica	Permeabilidade à Influência política e entidades externas, com prejuízo do interesse público.	<i>Moderada</i>	<i>Moderada</i>	Auditorias. Justificação técnica das decisões. Submissão a despacho superior hierárquico. Elaboração/Divulgação de manuais de boas práticas clínicas.	Em fase de implementação
			Favoritismo por determinado grupo profissional e/ou Unidade Funcional.	<i>Moderada</i>	<i>Moderada</i>		
			Favoritismo na avaliação e emissão de pareceres.	<i>Baixa</i>	<i>Baixa</i>	Validação dos pareceres pelo DE.	Implementada
			Favorecer determinados profissionais/unidades, no acesso à formação.	<i>Baixa</i>	<i>Baixa</i>	Realizar um diagnóstico de necessidades de formação alinhado com os planos de ação das UFs e com o plano de desempenho do ACES. Solicitar às Unidades que priorizem os Boletins de Inscrição. Definição de critérios para a seleção dos profissionais Envio de todos os boletins de inscrição.	Implementada

<p style="text-align: center;">ARTE II IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS</p>						<p style="text-align: center;">PARTE III MEDIDAS PREVENTIVAS DOS RISCOS</p>	<p style="text-align: center;">PARTE IV NECESSIDADE ATUALIZAÇÃO/FASE EM QUE SE ENCONTRA</p>
ACES	Unidade Orgânica/Funcional/Apoio	Área/Serviço	Risco	Grau de Probabilidade de Ocorrência	Escala de Risco	Medidas Preventivas	
ACES Trás-os-Montes - Alto Tâmega e Barroso	Unidade de Apoio à Gestão (UAG)	Secretariado	Favoritismo na interação com o DE..	Baixa	Moderada	Rotatividade dos trabalhadores. Definição de procedimentos	Implementada
			Falhas no registo de informação Receção não controlada de toda a correspondência destinada ao ACES.	Moderada	Moderada	Utilização global do sistema de gestão documental da UAG; Implementação de medidas e procedimentos que assegurem o correto entendimento e triagem da informação recebida em suporte papel e via informática.	Implementada
			Direcionamento de publicidade/e-mails de entidades privadas ligadas à saúde para as unidades.	Baixa	Baixa	Não permitir a divulgação de correspondência sem a autorização do DE	Implementada
			Divulgação de informação/documentos que sejam sigilosos.	Baixa	Baixa	Divulgação de documentos somente com despacho superior e solicitação de confirmação de leitura.	Implementada
			Não divulgação de informação/documentação importante para o conhecimento dos profissionais.	Moderada	Moderada	Implementação do sistema de segregação de funções	Implementada
		Permeabilidade à influência de entidades externas/intermas com vantagens para estas.	Moderada	Moderada	Procedimentos de registo de informação com priorização de acordo com a importância e o tempo de resposta	Em fase de implementação	
		Gestão de Recursos Humanos	Processamento e controlo indevido da assiduidade.	Moderada	Moderada	Garantir a operacionalização do Sistema Biométrico e regulamentar a sua utilização e a determinação de cadeia de validação e Solicitar a integração da informação do Sistema Biométrico no RHV Solicitar a implementação de alertas RHV	Em fase de implementação
			Ausência de submissão de trabalhadores a junta médica da ADSE..	Moderada	Moderada	Implementação de alerta de controlo na aplicação RHV	Implementada
			Processamento indevido de: abonos/ajudas de custo /subsídios; trabalho extraordinário/despesas participadas de Acidentes em Serviço.	Baixa	Moderada	Verificação periódica do cumprimento dos procedimentos instituídos; Segregação de funções dos trabalhadores; Rotatividade nas tarefas. Monitorização dos processamentos registados.	Em fase de implementação
			Atribuição de dias de férias em numero superior/inferior ao que o trabalhador tem direito.	Moderada	Moderada		
	Considerar indevidamente, cumpridos os requisitos aquando da análise de requerimentos de licenças sem vencimento, equiparação a bolseiro, estatuto de trabalhador estudante, acumulação de funções, comissões gratuitas de serviço		Baixa	Moderada			

ARTE II IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS						PARTE III MEDIDAS PREVENTIVAS DOS RISCOS	PARTE IV NECESSIDADE ATUALIZAÇÃO/ FASE EM QUE SE ENCONTRA
ACES	Unidade Orgânica/ Funcional/ Apoio	Área/Serviço	Risco	Grau de Probabilidade de Ocorrência	Escala de Risco	Medidas Preventivas	
ACES Trás-os-Montes - Alto Tâmega e Barroso	Unidade de Apoio à Gestão (UAG)	Gestão de Aprovisionamento, Instalações e Equipamentos	Permeabilidade ao favoritismo dos fornecedores.	Moderado	Moderado	Consulta pública com regularidade de preços e monitorização, no final do ano, dos fornecedores mais "relevantes"	Não implementada
			Pagamentos indevidos a fornecedores.	Elevado	Elevado	Controlo efetivo das existências adquiridas e das prestações de serviços faturadas; Conferência do descritivo das faturas de acordo com o pedido das necessidades. Solicitar dois orçamentos a entidades diferentes.	Implementada
			Reparações de material/instalações atribuídas de forma rotineira à mesma entidade.	Moderado	Moderado		
		Consumo abusivo de materiais/equipamentos	Moderado	Moderado	Realizar e reportar as contagens físicas da unidade, de forma a esclarecer quaisquer desvios identificados entre o sistema informático de apoio e os bens existentes; Monitorizar, por amostragem, e por pessoa estranha à unidade, uma recontagem na unidade; Avaliar a qualidade do acondicionamento dos bens em armazém.	Em fase Implementação	
		Inventário	Falta de controlo adequado dos equipamentos - Inventário	Elevado	Elevado	Controlo rigoroso do imobilizado existente através de aplicação informática própria. Listagem dos bens. Avaliar a adequabilidade do inventário com os bens existentes (n.º, estado e codificação) Efetuar etiquetagem dos bens inventariáveis em tempo oportuno. Aferir eventuais diferenças de codificação de bens entre ACeS e ARSN. Efetuar levantamento de bens pessoais utilizados na atividade profissional e dar conhecimento superior da sua utilização. Monitorização do cumprimento dos procedimentos instituídos relativamente ao abate e à transferência de bens.	Em fase Implementação
		Gestão da frota	Uso indevido das viaturas	Elevado	Elevado	Controlo e análise dos registos realizados nos mapas, por viatura.	Implementada
			Controlo desajustado das manutenções.	Moderado	Moderado	Controlo e análise dos documentos remetidos para a ARSN - Km, portagens, manutenção, via verde, entre outros [Ficheiros ESPAP]	Implementada
			Favoritismo de fornecedores e de clientes internos.	Elevado	Elevado	Identificação dos responsáveis pela frota nas diferentes unidades - responsáveis locais; Solicitar dois orçamentos a entidades diferentes.	Em fase Implementação
			Utilização indevida do cartão de frota	Baixa	Baixa	Controlo rigoroso dos consumos das viaturas através da análise permanente dos mapas por viatura.	Em fase Implementação

<p style="text-align: center;">ARTE II IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS</p>						<p style="text-align: center;">PARTE III MEDIDAS PREVENTIVAS DOS RISCOS</p>	<p style="text-align: center;">PARTE IV NECESSIDADE ATUALIZAÇÃO/ FASE EM QUE SE ENCONTRA</p>
ACES	Unidade Orgânica/ Funcional/ Apoio	Área/Serviço	Risco	Grau de Probabilidade de Ocorrência	Escala de Risco	Medidas Preventivas	
ACES Trás-os-Montes - Alto Tâmega e Barroso	Unidade de Apoio à Gestão (UAG)	Gestão de transporte de Doentes não Urgentes	Conhecimento deficiente dos critérios para atribuição de transportes, por parte dos médicos e secretários clínicos	Moderada	Moderada	Formação sobre critérios para atribuição de transporte a médicos e secretários clínicos.	Não implementada
			Aprovações de transportes a utentes que não reúnem as condições exigidas na lei.	Moderada	Moderada	Solicitar a parametrizações da aplicação informática SGTD de modo a permitir o bloqueio imediato das situações que não reúnem as condições legais.	Implementada
			Aprovação indevida de "Situações de Exceção" de transporte de doentes	Moderada	Moderada	Implementação de uma monitorização mensal da prescrição de transportes de doentes nas "Situações de Exceção".	Implementada
		Gestão Financeira	Incumprimento dos procedimentos instituídos no Regulamento de Fundo de Maneio (incorreta classificação contabilística de documentos).	Baixa	Baixa	Segregação de funções; Implementação de aplicação de registos de documentação e elaboração de informação interna a remeter a autorização para superior hierárquico para início de processo de aquisição.	Em fase Implementação
			Adulteração de dados introduzidos nos ficheiros do FM.	Baixa	Moderada	Conferência em suporte em papel, efetuado por pessoa diferente da que introduziu os dados no FM, devendo ser dada especial importância à conferência/validação dos valores em numerário/cofre.	Em fase Implementação
			Transferências bancárias para NIB diferente do indicado pelo fornecedor.	Baixa	Moderada	Segregação de funções entre quem processa as transferências bancárias, quem as valida e quem procede à conciliação bancária.	Implementada
	Gabinete do Cidadão (GC)	Gestão das reclamações/elogios e reclamações, em articulação com o DE	Pagamento de faturas emitidas por entidades fictícias e/ou faturas falsas emitidas por fornecedores	Baixa	Baixa	Confirmação dos dados do fornecedor através de consulta, no Portal da Autoridade Tributária e Aduaneira, de informação relativa ao sujeito passivo (NIF).	Implementada
			Pagamento de valores sem existência de fatura/faturas fictícias ou pagamento de despesa sem cabimento e/ou autorização.	Baixa	Moderada	Validação dos processos de compra/pagamento por profissional diferente do que instruiu estes processos. Existência de procedimento para a execução da despesa.	Implementada
			Deficiente sistema de gestão interna das reclamações.	Moderada	Moderada	Monitorização e acompanhamento do regulamento, nomeadamente, abertura e fecho dos livros, cumprimento dos prazos aos vários níveis e introdução na plataforma. Monitorização das reclamações e emissão e divulgação das mesmas, aos profissionais das respetivas UF. Monitorização e implementação das medidas corretivas e desvios identificados pelo GC.	Em fase Implementação
			Tendência à parcialidade para proteção dos profissionais e/ou das unidades funcionais.	Moderada	Moderada	Sensibilização dos intervenientes para a imparcialidade na resposta aos pedidos de audição interna; Garantir a qualidade da análise e da resposta em sede de processos de reclamação.	Implementada

ARTE II IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS						PARTE III MEDIDAS PREVENTIVAS DOS RISCOS	PARTE IV NECESSIDADE ATUALIZAÇÃO/ FASE EM QUE SE ENCONTRA
ACES	Unidade Orgânica/ Funcional/ Apoio	Área/Serviço	Risco	Grau de Probabilidade de Ocorrência	Escala de Risco	Medidas Preventivas	
ACES Trás-os-Montes - Alto Tâmega e Barroso	Unidades Funcionais: USF UCSP UCC URAP USP	Prestação de Cuidados	Manipulação de agendas por médicos/enfermeiros/sec. clínicos.	Moderada	Moderada	Garantir a transparência no acesso aos cuidados de saúde; Reuniões periódicas por grupo profissional e gerais; Promover o trabalho em equipa.	Em fase Implementação
			Uso de informação privilegiada em benefício próprio ou de terceiros.	Baixa	Baixa	Agir em concordância com o código deontológico dos profissionais e os princípios éticos da função pública.	Implementada
			Atendimento privilegiado ou preferencial e tratamento desigual, em troca de benefícios	Baixa	Baixa	Implementar normas de boas práticas respeitando o manual de procedimentos.	Em fase Implementação
			Manipulação de indicadores de produtividade	Moderada	Moderada	Monitorizar e avaliar os resultados da unidade; Realização de auditorias.	Em fase Implementação
			Permeabilidade à influência de utentes/famílias no tratamento e encaminhamento social, em troca de benefícios. (URAP)	Baixa	Baixa	Conhecimento do processo pela equipa de saúde; Existência de diversos intervenientes nos processos.	Implementada
			Permanência dos doentes na Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI). (UCC)	Baixa	Baixa	Monitorização periódica da manutenção dos critérios de saúde e sociais dos doentes.	Implementada
			Permeabilidade à influência da indústria farmacêutica (prescrição de fármacos) (USF/UCSP)	Moderada	Moderada	Monitorização de indicadores de prescrição de medicamentos por unidade e profissional. Respeitar regulamento de marcação dos DIMs.	Em fase Implementação
			Favorecimento de laboratórios e centros de exames pelo encaminhamento de utentes. USF/UCSP).	Baixa	Baixa	Monitorizar a prescrição dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica por profissional e Unidade Atuação de forma a dar a informação necessária para possibilitar a escolha do utente.	Em fase Implementação
		Permeabilidade à influência de entidades externas, na emissão de pareceres técnicos (USP).	Elevada	Moderada	Em sede de realização de visitas de aferição de condições de viabilidade da atividade, garantir a inexistência de conflitos de interesse Licenciamento por equipas multidisciplinares. Juntas médicas colegiais.	Implementada	
Assiduidade	Não cumprimento do dever de assiduidade e pontualidade.	Moderada	Moderada	Introdução do registo biométrico e rigor no preenchimento/validação das folhas de ponto.	Em fase Implementação		

<p style="text-align: center;"><u>ARTE II</u> IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS</p>						<p style="text-align: center;"><u>PARTE III</u> MEDIDAS PREVENTIVAS DOS RISCOS</p>	<p style="text-align: center;"><u>PARTE IV</u> NECESSIDADE ATUALIZAÇÃO/FASE EM QUE SE ENCONTRA</p>
ACES	Unidade Orgânica/Funcional/Apoio	Área/Serviço	Risco	Grau de Probabilidade de Ocorrência	Escala de Risco	Medidas Preventivas	
ACES Trás-os-Montes – Alto Tâmega e Barroso	Unidades Funcionais: USF UCSP UCC URAP USP	Taxas Moderadoras	Anulação indevida de taxas moderadoras cobradas.	<i>Elevada</i>	<i>Elevada</i>	Existência de um procedimento para a anulação de taxas moderadoras. Garantir a segregação de funções na anulação de recibos. Monitorizar os mapas de recibos anulados.	Em fase Implementação
			Valores elevados das taxas moderadoras por cobrar.	<i>Moderada</i>	<i>Moderada</i>	Fazer um acompanhamento/controlar regular. Assegurar a comunicação da dívida ao utente sempre que possível por profissional exterior ao secretário clínico da unidade.	Não Implementada
			Desvio de receita.	<i>Baixa</i>	<i>Baixa</i>	Controlo diário dos mapas SINUS/MARTA e confrontação com talões de depósito.	Implementada
			Dispensa de pagamento de Taxas Moderadoras mediante atribuição do código 14 do SINUS – Anomalias não imputáveis ao utente.	<i>Elevada</i>	<i>Elevada</i>	Promover a clarificação do conceito de isenção de pagamento de taxa moderadora, nomeadamente - "facto não imputável ao utente". Existência de Procedimentos. Realização de auditorias regulares.	Em fase Implementação
			Usurpação de Receita em virtude de irregularidades na atribuição de benefícios indevidos aos utentes.	<i>Moderada</i>	<i>Moderada</i>	A situação de isenção/dispensa deverá ser validada por outro profissional, de preferência superior hierárquico. Monitorizar as dispensas/isenções de taxas.	Não Implementada
			Falha na cobrança de taxas sanitárias (Pareceres, vistoria, atestados) e outras receitas (USP).	<i>Moderada</i>	<i>Moderada</i>	Informatização de todas as cobranças de taxas/serviços no aplicativo MARTA. Implementação de um Registo Administrativo de Contacto de todas as atividades de Saúde Pública.	Implementada
		Gestão de Stocks	Desvio de stocks em proveito individual	<i>Baixa</i>	<i>Baixa</i>	Contagem física dos inventários e confrontação com valores no Ibéria.	Implementada
			Má utilização dos bens materiais e equipamentos	<i>Baixa</i>	<i>Moderada</i>	Gestão adequada dos bens através de um registo permanente das entradas e saídas dos bens, tendo também em consideração os prazos de validade dos mesmos.	Implementada
			Incorreção das entradas de material e equipamentos nas Unidades.	<i>Baixa</i>	<i>Baixa</i>	Existência de Procedimento para a Conferência das entradas de produtos. Realização de contagens físicas periódicas às matérias, por pessoal diferente do que regista os consumos. Monitorização mensal dos consumos.	Não Implementada
		Direção de Enfermagem	Gestão de Enfermagem	Permeabilidade à Influência política e entidades externas, com prejuízo do interesse público.	<i>Moderada</i>	<i>Moderada</i>	Auditorias. Justificação técnica das decisões. Submissão a despacho superior hierárquico. Elaboração/Divulgação de manuais de boas práticas clínicas. Validação dos pareceres pelo DE.
	Favoritismo na avaliação e emissão de pareceres.			<i>Baixa</i>	<i>Baixa</i>		

CONCLUSÃO

Segundo a metodologia utilizada, das 55 medidas preventivas propostas, 29 estão implementadas, 20 em fase de implementação e 6 encontram-se não implementadas:

Medidas Preventivas		
Fase em que se encontram	Número	Percentagem
Implementadas	29	52,73%
Em Fase de Implementação	20	36,36%
Não Implementadas	6	10,91%
Totais	55	100%

O presente relatório de execução, numa forma muito resumida, permite concluir que existe um esforço institucional para cumprir as medidas planeadas no sentido de reduzir os riscos identificados nas várias áreas/serviços deste ACES, mas também que existe alguma dificuldade em implementar as medidas preventivas previstas, visto que só houve uma taxa de implementação de 52,73 por cento.

No sentido de aumentar a percentagem de medidas implementadas, numa atitude de prevenção e redução dos riscos de corrupção e infrações conexas, o ACES Alto Tâmega e Barroso continuará a rever, anualmente, o seu PPRCIC.